

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA OBRAS DE ENGENHARIA, PARA AMPLIAÇÃO DO CAIC – C.E. CACILDO ROMAGNANI 2025, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ELEMENTOS DE ENGENHARIA.

1.1. Especificações e Quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	VALOR TOTAL
1	Ampliação de 3 novas salas, biblioteca e banheiros no CE Cacildo Romagnani	Serviços	01	R\$ 1.957.840,28

O serviço de engenharia, objeto desta contratação, caracteriza-se como **semi-integrada**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Característica da continuidade do serviço: execução de serviço não-contínuo, pois se trata da execução de obra específica em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

A conclusão do serviço é por escopo predefinido no cronograma físico-financeiro, no qual o prazo de vigência se encerra somente com a conclusão do objeto, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Da Natureza do Objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como semi-integrado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Da aplicabilidade da Lei Municipal nº7.785/2025

Considerando que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural

pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Sociedades Cooperativas de Consumo nas Contratações Públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Acontece que ao realizar vistoria no dia 24/10/2025 no local para a ampliação das salas, constatou-se também que o local além das informações de demanda de vagas escolares ainda tem problema com o local estar abandonado devido ao pouco uso do terreno que faz parte do imóvel da unidade escolar em epígrafe conforme imagens 1 e 2. Nestas imagens em questão não são da data relativa a vistoria, a qual hoje se encontra com grande quantidade de mato e representando certo perigo aos usuários devido determinados animais que se fazem presentes e também que o local pode servir de refúgio para pessoas mal intencionadas que adentrem a unidade.

Tendo em vista todos estas questões salientadas é que se faz preciso a contratação.



Imagem 01: Foto do local a ser reaproveitado



Imagem 02: Foto do local a ser reaproveitado

2.1. TRATAMENTO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme entendimento do TCE é vedada a exclusividade para ME/EPP em obras de grande vulto. Será permitido apenas a subcontratação de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte até 30% das parcelas que não tenham relevância técnica e financeira, sendo vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital.

ITENS QUE NÃO PODEM SER SUBCONTRATADOS COM ALTA RELEVÂNCIA TÉCNICA:

- Estrutura (concreto armado, metálica, fundações)
- Execução principal da edificação
- Coordenação geral da obra
- Projeto executivo (quando for obrigação do contratado)
- Serviços que fundamentaram a qualificação técnica
- Gerenciamento técnico e responsabilidade pela obra

ITENS QUE NORMALMENTE PODEM SER SUBCONTRATADOS (ATÉ 30%):

Serviços preliminares e auxiliares

- Limpeza inicial e final da obra
- Tapumes, cercamentos e sinalização provisória
- Controle de acesso e vigilância
- Canteiro de obras (montagem e desmontagem)

Serviços especializados acessórios

- Topografia e locação da obra
- Ensaios tecnológicos (concreto, solo, asfalto)
- Controle tecnológico e de qualidade
- Sondagens complementares

Serviços complementares não estruturais

- Pintura
- Impermeabilização
- Revestimentos cerâmicos e laminados
- Forros e divisórias
- Paisagismo
- Urbanização externa simples

Instalações específicas acessórias

- SPDA (para-raios)
- Sistema de alarme e CFTV
- Cabeamento estruturado
- Automação simples
- Sistema de som ambiente

Fornecimento com instalação

- Esquadrias metálicas ou de alumínio
- Vidros especiais
- Coberturas metálicas leves
- Portas corta-fogo
- Elevadores (quando não caracterizam o objeto principal)

Serviços externos ou finais

- Limpeza pós-obra
- Transporte de materiais
- Destinação de resíduos
- Serviços de acabamento final

3. DOS PARAMETROS DA CONTRATAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada na modalidade semi-Integrada também justificada.

Justifica-se então pela necessidade de compatibilização integral entre projeto e execução, considerando a intervenção em edificação existente, a complexidade de integração entre sistemas estruturais, elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade, bem como a necessidade de manutenção das atividades escolares durante a execução da obra.

O regime tradicional de empreitada, com projeto previamente definido pela Administração, elevaria o risco de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, paralisações e aditivos contratuais, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

() Sim.
(X) Não.

4.2. Será exigida garantia de proposta?

() Sim.
(X) Não.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Qualificação Técnica

5.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), Conselho Técnico Federal dos Técnicos Industriais (CTF) ou outro conselho pertinente ao cargo, em plena validade.

5.1.2. Certidão de REGISTRO DE PESSOA FÍSICA na entidade profissional

competente, em plena validade, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra de características semelhantes, devendo constar, no mínimo:

- 1 Engenheiro Civil ou Arquiteto, conforme atribuições legais (com Registro da empresa a qual faz parte, Comprovação de Vínculo do mesmo sendo profissional habilitado e Atestado de capacidade técnica com acervo técnico compatível).

IMPORTANTE: O profissional indicado pela empresa a ser contratada, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da contratação, o qual terá a respectiva ART(s) ou documento equivalente emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.2 Capacidade Operacional (Pessoa Jurídica) e Técnica:

5.2.1. A Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica Operacional será exigida, sendo tal exigência compatível no caso de contratação semi-integrada, visto a necessidade de técnica e qualidade na contratação. Os requisitos do item 5.1 mostram-se suficientes na presente contratação.

5.4. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Declaração da empresa, que possui capacidade financeira para execução do objeto;
- c) Demonstração atualizada de que a empresa não está insolvente;
- d) Comprovação de regularidade jurídico-fiscal.

5.5. Visita Técnica (facultativa):

5.5.1. A avaliação prévia do local de execução da obra é facultativa, devendo a empresa interessada em realizar tal visita, agendar com a equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Educação, através dos seguintes telefones: (47) 3249-3305 (47) 3249-3368.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega/Execução:

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 3 dias úteis da emissão da ordem de serviço;
- b) Prazo para a execução da obra de 150 dias, a partir do dia seguinte do recebimento da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro anexo;

c) Caso não seja possível a entrega na data estipulada no cronograma, a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato designado as razões respectivas, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

d) Para a perfeita execução da obra, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e,

e) A execução da obra deverá observar os projetos básicos, memorial descritivo e demais elementos de engenharia (arquivos anexos).

f) A execução da obra deverá seguir os padrões constantes na NBR 15575, Norma de Desempenho, que estabelece critérios e requisitos para o desempenho de edificações, abrangendo os aspectos de segurança, habitabilidade e sustentabilidade. Deverá também apresentar, no mínimo, os ensaios de desempenho da edificação: ensaio de resistência do concreto aplicado na obra, integridade de estacas, arrancamento e fixação de revestimentos de argamassa e cerâmica.

Especificação da garantia da obra: O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no Código Civil, no Código de Obras e/ou demais códigos/normativas aplicáveis.

6.2. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA OBRA:

6.2.1. Prazo Contratual:

Prazo de Contratual (210 dias).

Prazo de Execução (150 dias) contados do dia seguinte à assinatura da Ordem de Serviço. Com possibilidade de prorrogação excepcional (art. 107)

6.2.2. Local / endereço da execução da obra:

Endereço: Rua Emanuel José Rebello, 60 - Cidade Nova, Itajaí/SC

6.2.3. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5 % do valor total do contrato?

(x) Sim (seguro garantia segundo lei).

() Não.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1. Da Contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

a) A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo de Referência e seus anexos, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram. A Contratada assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.

b) A Contratada será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados a cada tipo de serviço.

c) A Contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais.

d) A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item.

e) A Contratada será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços, podendo o Contratante exigir a imediata substituição do empregado, cuja permanência julgar inconveniente.

f) A Contratada será responsável pela manutenção da ordem e limpeza na execução dos serviços contratados.

g) A Contratada será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização.

h) Adotar medidas preventivas, corretivas e compensatórias para mitigar os impactos ambientais decorrentes das atividades executadas no âmbito da obra;

i) Controlar e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos sólidos, líquidos ou gasosos gerados durante a execução dos serviços;

j) Garantir o correto armazenamento, manuseio e transporte de materiais perigosos, evitando contaminações do solo e dos corpos hídricos;

k) Assumir, integralmente, os custos e responsabilidades por danos ambientais eventualmente causados em decorrência de atos, omissões ou negligência na execução dos serviços contratados, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e legais cabíveis.

l) A Contratada deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos servidores do Município, indicados para Fiscalização.

m) Manter-se, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.2. Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.;
 - b) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
 - c) Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento.
 - d) Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução do objeto.
 - e) Observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

8. DO CONTRATO

8.1. Instrumento Contratual

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- () Autorização de Fornecimento
- (x) Assinatura de Contrato e Ordem de Serviço

8.2. Gestão e Fiscalização

Gestor:

Nome: Michéle Rigueira da Silva
Cargo: Secretária de Educação
Matrícula: 146703
E-mail: gabinete@edu.itajai.sc.gov.br

Fiscal Técnico:

Nome: Antônio Valter Miranda
Cargo: Engenheiro Civil
Matrícula: 1770104
E-mail: engenharia@edu.itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: João Carlos Bittencourt
Cargo: Diretor de Infraestrutura Escolar
Matrícula: 2692101
E-mail: die@edu.itajai.sc.gov.br

Procedimentos de transição e finalização do contrato: Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, após a finalização da execução da obra, da seguinte forma:

a.1) A contratante realizará inspeção minuciosa de toda obra executada, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação da obra e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

b) No prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento provisório da obra, equipe de fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a finalização do objeto.

9. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E ESCOLHA DA EMPRESA A SER CONTRATADA

A empresa a ser contratada será identificada no Documento de Formalização da Demanda – DFD. A definição da empresa a ser contratada só ocorrerá se o valor global mostrar-se compatível com o praticado no mercado, para serviços da mesma natureza.

Além disso, a proposta selecionada será a de menor valor entre as opções, mantendo a coerência com os custos estimados.

No Documento de Formalização da Demanda – DFD será apresentado o valor orçado pela Administração e montada uma tabela com o valor global orçado pelas empresas interessadas na execução do objeto.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento dos Serviços

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive

antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no memorial descritivo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.2. Da forma de pagamento

10.1.1. A efetivação do pagamento será por medições mensais conforme cronograma físico-financeiro do objeto licitado, fica condicionada à comprovação pela contratada, por meio de apresentação de certidões negativas de débito, de que se encontra em situação regular com o Fundo de Garantia, Previdência Social e Fazenda Municipal, nos termos da legislação vigente.

10.1.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.1.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.2. Reajuste Contratual/Correção Monetária

10.2.1. Caso o prazo da execução da obra/serviço exceda 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o **Índice Nacional da Construção Civil (INCC)**, tomando-se por base a data base do orçamento estimado, pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

10.2.2. Somente poderá acontecer depois de doze meses contados da data da assinatura do contrato, nos termos do art. 25 § 7º da Lei 14.133/21.

Independentemente do prazo de duração do contrato, e com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de

mercado dos respectivos insumos, a atualização monetária a fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta das dotações: 495 E 496

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
9009 – Secretaria Municipal de Educação	361 – Ensino Fundamental	67 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	26 – Salário Educação

12. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global da contratação é de R\$ 1.957.840,28 (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

Itajaí, 14 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Antônio Valter Miranda
Engº. Civil – CREA/SC 093205-6
Matrícula 1770104

De acordo:

João Carlos Bittencourt
Diretor de Infraestrutura
Matrícula: 2692101

Michéle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 146703